



Tecnologias de enfrentamento a violência contra mulher em tempos de pandemia: Aplicativos e intervenções online

(Obs.: Título com fonte Arial, tamanho 20, negrito e centralizado)

Taiza Ramos de Souza Costa Ferreira A^{1*}

¹ *Assistente Social, Doutoranda em Saúde Coletiva no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher no Instituto Fernandes Figueiras – IFF (FIOCRUZ)*

**taiza.as@gmail.com*

Resumo:

Este estudo trata-se de um relato de experiência iniciado a partir de algumas experiências de interação tecnológica durante a pandemia de covid-19. Como objetivos o estudo se propôs em conhecer as tecnologias e estratégias de enfrentamento a violência contra a mulher durante a pandemia, identificar as propostas dos aplicativos e intervenções online voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher e identificar ações governamentais que usam recursos tecnológicos para atender mulheres vítimas de violência. Identificamos a ampliação dos recursos tecnológicos que oportunizam mulheres a realizar denúncias de violências perpetradas por parceiros íntimos em período de isolamento social. Os aplicativos dos coletivos feministas e de organizações sociais de enfrentamento a violência no que tange a informação sobre os serviços da rede de proteção, bem como na oferta de canais de denúncias da violência doméstica para além do disque 180 e favorecendo o acesso de mulheres vítimas aos profissionais de psicologia e direito que ofertam atendimentos remotos gratuitos, bem como atendimentos presenciais no território da mulher. Concluímos que essas ferramentas tiveram papel importante e maior capilaridade entre os coletivos da sociedade civil organizada e representam modelos para que as ações governamentais de combate a violência se adequem aos avanços tecnológicos, reconheçam as possibilidades de sociabilidade digital das mulheres, afirmando ainda seu compromisso no enfrentamento a violência de gênero que se manifesta nas ambiências de sociabilidade digital.

Palavras-Chave: violência. Mulher. Violência doméstica. Tecnologia. Intervenção.

Introdução

A violência contra mulher constitui-se como um grave problema de saúde pública, uma violação aos direitos humanos e pode levar a morte das acometidas. Para Bandeira (2014) trata-se de um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológicas, moral e física. O Instituto Igarapé (2019) afirma que no Brasil, das 1,23 milhões de mulheres que foram atendidas pelo SUS, os parceiros são os responsáveis por 36% de todas as violências cometidas. Ademais, as mulheres negras são as maiores vítimas de todos os tipos de violência, sendo 57% nos casos de violência sexual e 51% de violência física. Os dados são alarmantes e apontam que a questão merece atenção. Em 11 de Março de 2020 quando a OMS declarou que o avanço dos casos da doença respiratória aguda, Covid-19 se caracterizava uma pandemia, países do mundo inteiro, conseqüentemente o Brasil decretaram medidas



de isolamento e distanciamento social na tentativa de evitar a proliferação/circulação do coronavírus SARS-CoV2. Em meio a este grave problema sanitário, questões sociais como a violência acenderam um sinal de alerta entre especialistas, coletivos e profissionais de serviços de proteção e saúde. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos registrou um aumento de 9% nas denúncias feitas a Central de Atendimento Disque 180 entre os dias 17 e 25 de março, em relação à semana anterior. Apontando para um possível aumento nos casos de violência contra a mulher. Mulheres estas, que por uma questão de Saúde Pública tiveram que conviver em tempo integral com seus agressores. Diante deste cenário, se faz necessário pensar que a violência contra mulher também passou a ser manifesta nas ambiências de sociabilidade digital. Segundo dados da Safernet Brasil, as denúncias de violência e discriminação online contra mulheres cresceu em 21,27% e os casos de exposição íntima sem consentimento, 154,90% (130 denúncias), em abril de 2020, se comparado ao ano anterior. Salientamos que as constantes transformações tecnológicas convocam as instâncias governamentais e ativistas a repensarem suas intervenções a partir do uso de dispositivos eletrônicos, redes sociais digitais, como também as dinâmicas de sociabilidade digital. Governos, organizações não governamentais e demais coletivos civis se veem diante de um quadro que requer ações estratégicas para atender a esta crescente demanda, em um cenário diferenciado. Aplicativos, atendimentos digitais, nova semiótica são estabelecidas na tentativa de contribuir para que o enfrentamento da violência contra mulher seja mantido em meio a um cenário de isolamento social. Assim sendo, o presente estudo se propôs a conhecer as tecnologias e estratégias de enfrentamento a violência contra a mulher durante a pandemia, analisar quais as propostas dos aplicativos e intervenções online voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher e identificar as ações governamentais que fazem usos de recursos tecnológicos para atender mulheres vítimas de violência.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Trata-se de um relato de experiência de participação como mediadora e/ou profissional convidada para Lives (transmissões ao vivo através de plataformas de streaming) de redes sociais digitais como YouTube e Instagram. Na ocasião no intuito de enriquecer as discussões relacionadas a violência contra mulher em contexto de pandemia, realizei pesquisa em navegadores de busca, a sites governamentais e não-governamentais, jornais eletrônicos e notícias na rede social digital Instagram. Desta forma identificamos softwares, aplicativos e outras formas de uso de dispositivos eletrônicos para denunciar a violência contra mulher. As buscas não tiveram uma sistematização, contudo caracterizou-se de forma exploratória, na medida que matérias nos sites e na plataforma Instagram direcionavam para links e perfis relacionados aos aplicativos e ações anunciadas nas matérias. A busca foi realizada durante o mês de maio/junho de 2020. Identificamos no período o compartilhamento online de três cartilhas digitais, três vídeos de sensibilização, um assistente de inteligência artificial, três sites de coletivos, dois sites governamentais e três aplicativos com ofertas de serviços de denúncias, informações e atendimentos de demandas de violência contra mulher no contexto pandêmico.



Resultados e discussão

Constatou-se que a central de atendimento disque 180 manteve o acolhimento de denúncias de violência contra a mulher. Além disso, no período da coleta de dados O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, disponibilizou um aplicativo chamado Direitos Humanos Brasil, anunciado em Abril de 2020 que estaria à disposição para os sistemas Android e IOS. Contudo, o App foi habilitado, inicialmente para dispositivos Apple. Demonstrando que houve um recorte de classe neste atendimento, se considerarmos que dispositivos da marca Apple. Em suma são aparelhos caros e possivelmente pessoas com maior poder aquisitivo e de classes sociais mais elevadas teriam acesso prioritário à este serviço. Outro fato a ser considerado é que a subnotificação de violência de gênero, entre as mulheres de classe media alta e classe media-média representa uma mescla “complexa” de valores da família burguesa e de valores patriarcais, que segundo Silva (2007) podem influenciar na decisão de algumas mulheres de denunciar seus companheiros. No que se refere a documentos digitais, a Fiocruz disponibilizou a “Cartilha Violência doméstica e familiar na Covid-19” com orientações para gestores e profissionais da rede de proteção. Estamos falando de um novo contexto social que requer capacitação dos profissionais e serviços essenciais que estão na linha de frente do covid-19. A capacitação desses profissionais é uma prerrogativa essencial para ações mais acertivas, escutas qualificadas e acolhimentos humanizados. Para Almeida, Silva e Machado (2013), é preciso desvelar os problemas nos serviços e capacitar os profissionais por meio de novas técnicas e novos saberes. No que refere as possibilidades de ofertas de serviços públicos financiados pela máquina estatal. A Organização não-governamental (ONG) Think Olga lançou uma cartilha com estratégias de enfrentamento contra mulher no contexto de pandemia, entre as estratégias sugeridas no documento esconder objetos pontiagudos, trazer alguém da família para casa, avisar familiares e vizinhos sobre o que está acontecendo (em casos de episódios de violência); e manter contato com sua rede de apoio por meio de telephone e aplicativos, e-mails e outras redes sociais. Identificamos que o Estado de São Paulo ofertou um Guia Rápido dos Direitos das Mulheres e Covid-19. Além disso, São Paulo e o Estado do Piauí, apresentaram ações potentes no enfrentamento da violência contra mulher com o uso de tecnológicos, com o aplicativo SOS mulher (SP) e o Salve Maria (PI) que permitem o envio anônimo de denúncias. É bem verdade essa realidade não compreende a máxima dos Estados da federação e que as ações federais carecem de ampliações. A startup Recifeense, Mete a colher, disponibilizou um aplicativo que se propõe aproximar mulheres vítimas de violência com uma rede de profissionais voluntários que ofertam apoio emocional, jurídico e suporte na busca de vagas de emprego. Pensando em Inteligência Artificial - IA a serviço da mulher, a ONG Thing Olga em parceria com a ONG Mapa do Acolhimento, disponibiliza desde 2019, o Isa Bot. Um robo-assistente virtual que informa os serviços oficiais de apoio as vítimas de violência, faz recomendações e disponibiliza informações sobre os tipos de violência. É possível acionar o Isa Bot pelo inbox do Facebook e no Google assistente. A mulher também pode acessar a página do ISA.BOT e acionar comando de voz através do Menssager da página do Facebook, por escrito ou verbalmente. No caso do Google Assistente para ativar o robô basta dizer: Ok Google falar com robô Isa (www.isabot.org). Verificamos que a página do coletivo Conexões que Salvam tem o foco nas experiências de violência online, oferecem informações sobre locais onde as mulheres podem buscar apoio, além de auxiliar as mulheres na identificação das



violências. Destacamos ainda outras duas iniciativas na perspectiva do abuso digital, o site Assédio Online que trabalha com orientações a mulheres, com foco em casos de violência na internet, como divulgação de imagens íntimas. Ensina como denunciar a violência no âmbito digital nas plataformas do Google, Facebook, Twitter e o que seria relevante reportar a justiça no caso da judicialização da violência. O portal da Safernet Brasil é um pioneiro nesta abordagem e dispõe um canal de denúncia de violência e discriminação contra a mulher no âmbito digital e oferecem um chat online de orientação ou assistência por e-mail onde profissionais especializados oferecem atendimento sigiloso.

Conclusão

Entendemos que as iniciativas tecnológicas das organizações da sociedade civil tiveram uma maior capilaridade e investimentos mais expressivos se comparados as ações governamentais. Refletir o papel das políticas públicas de enfrentamento a violência contra mulher em contextos de isolamento, bem como a sociabilidade digital da sociedade se faz necessário para pensar novas estratégias, acessibilidade aos serviços e ações mais rápidas e assertivas em situações de violência. Pensar essas novas possibilidades de intervenção e prevenção de violência a partir do uso de novas tecnologias, inclui investir financeiramente nessas iniciativas, capacitar equipe e ainda dar condições de acesso a estes dispositivos e novas ferramentas de trabalho. Avaliamos que novos estudos devam considerar as ações tecnológicas e/ou o uso das novas tecnologias de comunicação para o enfrentamento da violência contra a mulher. Concluimos que as instituições governamentais devem afirmar o compromisso no enfrentamento a violência de gênero que se manifesta fora e dentro das ambiências de sociabilidade digital refletindo sobre as formas de interação social da pós-modernidade, considerando a interseccionalidade entre gênero, raça e contextos sócios-econômicos da questão violência contra a mulher. Não podendo desconsiderar que trata-se de uma questão crônica e de pauta urgente.

Referências

- ALMEIDA, Luana Rodrigues de; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; MACHADO, Liliane dos Santos. Jogos para capacitação de profissionais de saúde na atenção à violência de gênero. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 110-119, mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022013000100016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022013000100016>.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 24 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.
- GIANNINI, Renata Avelar e COELHO, Terine Husek. Evidências sobre violência contra mulheres no Brasil, na Colômbia e no México: tendências, desafios e caminhos para o futuro. **Instituto Igarapé**, 2020. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2020-01-30-AE45_Evidencias-sobre-violencia-contramulheres-no-Brasil-na-Colombia-e-no-Mexico.pdf Acessado em: 02/07/2020.
- SILVA, Bárbara Garcia Ribeiro Soares da. A violência conjugal contra mulheres de classe medias dos município São Paulo. Dissertação de Mestrado do **Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13112007-105647/publico/DISSERTACAO BARBARA G R SOARES SILVA.pdf> Acessado em 29/06/2020.